

EDITORIAL

É com muita satisfação que estamos publicando o segundo número da Revista Educação e Fronteiras da FAED/UFMG, referente ao ano de 2010. Este é o resultado do esforço coletivo da Comissão Editorial, do apoio constante da direção da Faculdade de Educação, dos docentes da FAED e de autores de outras instituições que nos enviaram seus artigos e resenhas.

Neste número, há artigos ligados à Política e Gestão da Educação, ao Movimento Negro e aos Estudos da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, à Educação à Distância e à Educação de Jovens e Adultos. Foi organizado pelas Profas. Dras. Alessandra Cristina Furtado e Elisângela Alves da Silva Scaff, docentes da FAED e do Mestrado em Educação, e pela técnica do Laboratório de Documentação, História e Memória da Educação (LADHEME) da FAED, a bibliotecária Markley Florentino de Carvalho.

O artigo de abertura é de autoria Carlos Betlinski, intitulado “Conselhos Municipais de Educação: Participação e Cultura Política”. É uma parte de sua tese de doutorado, em que o autor teve como objeto de estudo os Conselhos Municipais de Educação de duas cidades da região metropolitana de São Paulo. Para avaliar os resultados produzidos pela implantação desses órgãos da gestão da educação municipal, a pesquisa ancorou-se nos conceitos de cultura política e participação. Os resultados constataram uma contradição entre as práticas políticas dos conselhos e as justificativas do Estado brasileiro para a implantação desses órgãos.

As autoras Milene Dias Amorim e Elisângela Alves da Silva Scaff, no segundo artigo, intitulado “O Plano de Ações Articuladas e o Planejamento da Educação Municipal: concepções e tendências” discutem sobre a questão do planejamento de ensino no Brasil, principalmente no âmbito da Educação Municipal, tomando por principal instrumento o “Plano de Ações Articuladas” – PAR, uma metodologia de planejamento das políticas de Educação dos Municípios, inserida pelo governo federal a partir de 2007. Ao promover a realização das metas do Plano de Metas Compromisso

Todos Pela Educação, o PAR busca ampliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e elevar a educação brasileira ao patamar da educação dos países desenvolvidos. São esses os grandes passos a serem dados para a transformação da realidade educacional vigente. Contudo, o PAR vem sofrendo críticas quanto a sua metodologia, o que exige uma reflexão sobre até que ponto o planejamento e a gestão empresariais podem ser aplicados à educação pública brasileira. Neste texto, as autoras concluem que há necessidade de se repensar as metodologias de planejamento propostas nas últimas décadas no âmbito das políticas educacionais brasileiras, reforçando o papel dos sujeitos escolares e da comunidade como agentes efetivamente envolvidos no processo de planejamento da educação, com vistas a garantir o direito à educação de qualidade para todos.

O artigo “O Pibid na UFGD: ação, reflexão, ação”, de autoria de Maria Alice de Miranda Aranda, relata a implantação e implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), instituído pela CAPES, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e apresenta os primeiros resultados decorrentes das ações desenvolvidas no ano de 2009. A autora conclui que o processo possibilitado pelo PIBID vem abrindo espaço para que o futuro educador estabeleça desde já a relação necessária da teoria com a prática, enriquecendo sua formação inicial.

Os artigos de Eugenia Portela de Siqueira e Adelmir Fiabani tratam de questões relacionadas ao Movimento Negro e aos Estudos da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A autora Eugenia Portela de Siqueira, em seu artigo “Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial: onde chegamos, aonde queremos chegar?”, analisa as políticas e os programas que visam à promoção da igualdade racial e questiona se essas estratégias representam conquistas para a população negra ou se configuram como política centralizada e ressignificada pelo antagonismo convergente entre o Movimento Social Negro e o governo, processo iniciado durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso e mantido no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A autora conclui que os problemas relativos às desigualdades raciais não serão solucionados por políticas focalizadas, contudo poderão ser gradativamente extintos, na medida em que as políticas de

caráter universalista forem capazes de garantir a todos os brasileiros o direito à cidadania e a uma vida digna, independente da cor da pele.

O artigo “Práticas de Inclusão na Diversidade: do Movimento Negro à Comissão Especial de Estudos da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena da Unipampa”, de autoria de Adelmir Fabiani, aborda a criação da Comissão Especial de Estudos e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Universidade Federal do Pampa como ato institucional de inclusão na diversidade. A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) nasceu com a missão de fomentar o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul e, em 2010, foi institucionalizada a HiCABI, com o compromisso de assegurar a inclusão e permanência na universidade do segmento da população brasileira menos favorecido ao longo da história. Neste artigo, o autor aponta que, a maioria dos indígenas, negros e brancos pobres não teve as mesmas oportunidades dos demais, sobretudo, no que se refere ao acesso à educação de qualidade. Contudo, nas décadas de 1970-80, o movimento negro desencadeou campanha em prol do acesso diferenciado aos afrodescendentes na universidade, materializada na Constituição de 1988. Diante de tais circunstâncias, o autor mostra que a Universidade Federal do Pampa está cumprindo as determinações constitucionais, que determinam atenção especial aos negros, indígenas e jovens oriundos dos setores populares, uma vez que, a HiCABI desenvolve atividades internas e externas que acabam por garantir o acesso e permanência de estudantes negros, indígenas e oriundos dos setores populares na universidade.

Os dois últimos artigos deste número versam sobre a Educação à Distância e a Educação de Jovens e Adultos. A autora Maria Conceição de Lima, em seu artigo “EaD no Brasil - Educação ou “Engessamento” a Distância?”, tece algumas considerações sobre as políticas e as práticas oficiais de EaD no Brasil e se propõe a analisar o modelo de Educação à Distância (EaD) brasileira, aplicado ao ensino superior. A autora aponta e discute alguns pontos estratégicos que, além de engessar (e, conseqüentemente, restringir) o acesso da população a esse nível de formação de mão-de-obra qualificada, vêm impedindo a plena evolução dessa modalidade no país, em contraponto com os avanços que a genuína Educação Aberta

à Distância (EAD) tem alcançado nas esferas mundiais mais evoluídas. Para a autora, a questão da migração do conhecimento para o espaço digital e o uso cada vez mais intensivo das tecnologias da Internet subverteram muitos dos conceitos tradicionais vigentes no século anterior, dentre eles o de presença e o de distância, o que vem afetando, substancialmente, o segmento educacional no que diz respeito às novas formas de aprender e ensinar na atual sociedade do conhecimento.

O artigo “Concepções e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos: olhar do Futuro Professor”, de autoria de Jamile Cristina Ajub Bridi, Caroline Cristina de Brito, Jhenefer Abach Vieira, Neliane Machado Camillo Machado Camillo e Neuzimeri Bueno da Costa, completa os artigos deste número. As autoras buscam compreender a importância da disciplina Concepções e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos na formação do futuro professor. Para tanto, as análises apresentadas partiram de discussões que ocorreram em sala de aula na referida disciplina. Nesse texto, as autoras verificaram a importância de o futuro professor ter disciplinas específicas para atuar nesta modalidade de ensino, visto que a Educação de Jovens e Adultos tem suas próprias especificidades.

Ainda é importante registrar que neste número, o leitor terá a oportunidade de apreciar uma resenha do livro “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, de autoria de Stuart Hall, realizada por Ilma Regina Castro Saramago.

Finalmente, este número traz uma seção Documento, com o Regulamento de um dos Laboratórios que funcionam na FAED, o LAPAGE (Laboratório de Política e Gestão da Educação).

Esperamos que este número da Revista Educação e Fronteiras possa contribuir para os pesquisadores e para as pessoas envolvidas com a educação.

Alessandra Cristina Furtado
Comissão Editorial e uma das organizadoras
deste número da Revista